



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638874 - SC (2021/0003297-0)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : ALANA REIS MAURER E OUTROS
ADVOGADOS : ALANA REIS MAURER - SC056364
RAFAEL HENRIQUE CARARO SANTOS - SC053232
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : VICTOR MAURÍCIO CÁCERES RODRIGUES (PRESO)
CORRÉU : ISTIVE NUNES NOGUEIRA FERNANDES
CORRÉU : JOSE AUGUSTO DA SILVEIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VICTOR MAURÍCIO CÁCERES RODRIGUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5044068-09.2020.8.24.0000).

O paciente encontra-se segregado cautelarmente em razão de prisão em flagrante, convertida em preventiva, pelo suposto cometimento dos crimes descritos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/06.

Alega o impetrante que a prisão do ora paciente carece de justa causa, eis que a decisão que a decretou não logrou comprovar que a sua liberdade constitui perigo para a ordem pública. Ademais, a segregação cautelar seria desproporcional diante da possibilidade de aplicação de medidas diversas da restrição de liberdade. Sustenta ainda que inexistem circunstâncias a apontar que em liberdade o acusado poderia fugir ou atuar, visando o comprometimento da instrução penal. Aponta, finalmente, inidoneidade da fundamentação da prisão, porquanto embasada na gravidade abstrata do delito.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para expedir mandado de soltura, a fim de que o réu permaneça em liberdade até o julgamento definitivo do *writ*. No mérito, pleiteia que seja declarada a nulidade da decisão do TJSC e, subsidiariamente, a revogação da prisão preventiva, substituindo-a por medidas cautelares diversas da privação de liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão uma vez que a decisão proferida pelo Tribunal de origem foi emitida de forma fundamentada .

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente